



Guia do Investidor

# Como abrir uma empresa no Uruguai

---

Abril 2022



Uruguay



**Author:** KPMG

**Contato:**

Dra. Giovanna Lorenzi

Diretora do Departamento de Assessoria Jurídica

glorenzi@kpmg.com

Dra. Valentina Sena

Diretora Clientes e Mercados

mvsena@kpmg.com

**Para mais informações, acesse:** <https://www.uruguayxxi.gub.uy/es/directorio-servicio/kpmg/>

As informações e dados aqui contidos estão atualizados, de acordo com as fontes oficiais disponíveis no momento da preparação deste capítulo de informações; em nenhum sentido se trata de conselhos nem profissionais nem comerciais.

## Conteúdo

### Introdução

#### » 1. Sociedad Anônima

- 1.1 Funcionamento
- 1.2 Controles
- 1.3 Como abrir uma sociedade anônima?
- 1.4 Sociedade Anônima de Zona Franca

#### » 2. Sociedad de Responsabilidade Limitada

- 2.1 Funcionamiento
- 2.2 Controles
- 2.3 Como abrir uma S.R.L?

#### » 3. Sociedad por Ações Simplificada

- 3.1 Funcionamiento
- 3.2 Controles
- 3.3 Como abrir uma S.A.S?

#### » 4. Filial de Empresa Estrangeira

## » 5. Outros Tipos Empresariais

- 5.1 Sociedade Coletiva
- 5.2 Sociedade em Comandita Simples
- 5.3 Sociedades em Comandita por Ações
- 5.4 Sociedades de Capital e Indústria
- 5.5 Sociedades de fato
- 5.6 Como abrir esses tipos empresariais?

## » 6. Cooperativas

- 6.1 Controles

## » 7. Empresas Unipessoais

## » 8. Consórcios e Grupos de Interesse Econômico

- 8.1 Consórcios
- 8.2 Grupos de Interesse Econômico

## » 9. Actividades Especiais

- 9.1 Atividades de intermediação financeira
- 9.2 Atividades financeiras
- 9.3 Atividades de seguros
- 9.4 Outras atividades

## » 10. Comparações entre os tipos empresariais



## INTRODUCTION

O Direito positivo uruguaio inclui praticamente todos os tipos empresariais existentes em todas as partes do mundo, sendo possível a constituição de uma nova pessoa jurídica, bem como o estabelecimento de uma filial de uma empresa estrangeira.

No caso de constituição de uma nova pessoa jurídica, os tipos empresariais mais utilizados são as Sociedades Anônimas Simplificadas (cujo capital pode ser representado por ações nominativas ou escriturais), as Sociedades Anônimas (cujo capital pode ser representado por ações nominativas ou ao portador) e as Sociedades de Responsabilidade Limitada.

Outros tipos empresariais menos utilizados são as sociedades coletivas, sociedades em comandita simples, sociedades de capital e indústria, e sociedades de fato. Também é possível operar como cooperativas, filiais estrangeiras, consórcios e grupos de interesse econômico (GIEs) e, no caso de empreendimentos individuais, as empresas unipessoais. Com exceção dos consórcios e das empresas unipessoais, todos os tipos de empresas acima mencionados e os GIEs possuem personalidade jurídica.



## SOCIEDADE ANÔNIMA

A Sociedade Anônima (S.A.) é um tipo de empresa utilizada para o desenvolvimento de atividades comerciais ou industriais em geral, e é quase invariavelmente utilizada por grandes empresas. A Lei também prevê a existência de sociedades anônimas especiais cujo objetivo seja realizar certas atividades, com requisitos de constituição e operação diferentes daqueles estabelecidos para as sociedades anônimas comuns.

Principais aspectos das S.A. comuns a serem considerados pelo investidor	
<b>Atividade comercial</b>	Sem qualquer tipo de limitação operacional, podendo, em geral, realizar qualquer tipo de atividade. Algumas atividades requerem autorização prévia do Estado, como por exemplo, a atividade bancária.
<b>Responsabilidade</b>	A responsabilidade dos investidores, como acionistas, é limitada ao valor do capital com o qual se comprometeram a contribuir.
<b>Capital</b>	Não há requisitos de capital máximo ou mínimo. A única exigência para o capital das S.A. é que ele seja expresso em moeda local. Há exceções (por exemplo, as Sociedades Anônimas Financeiras de Investimento que operam sob o regime da Lei 11.073 <sup>1</sup> , em que o capital pode ser expresso em moeda estrangeira).
<b>Compromisso pessoal</b>	Pelo fato de ser uma empresa de capital, as pessoas são completamente dissociadas da empresa.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/11073-1948>

Principais aspectos das S.A. comuns a serem considerados pelo investidor	
<b>Anonimato</b>	<p>As ações podem ser ações escriturais, nominativas ou ao portador, exceto para certas atividades (por exemplo, financeiras, de seguros, estações de rádio e televisão, agropecuárias, etc.) em que devem ser nominativas.</p> <p>Os detentores de ações devem fornecer seus dados de identificação à empresa, para serem encaminhados ao Banco Central do Uruguai, considerados como segredo. As exceções são feitas para entidades listadas na bolsa de valores ou que tenham sido objeto de uma oferta pública, desde que os títulos estejam imediatamente disponíveis para venda.</p>
<b>Lucros</b>	<p>Em princípio, são distribuídos na proporção do capital aportado. Há uma obrigação de distribuir um lucro mínimo aos acionistas de pelo menos 20% do lucro líquido do ano.</p>
<b>Transferência</b>	<p>As ações ao portador são transferidas por simples entrega, as ações nominativas, se endossáveis, devem ser endossadas e sua transferência deve ser comunicada à empresa para que possa ser registrada no Registro de Ações Nominativas. As ações escriturais não são representadas em instrumentos negociáveis e sua propriedade, transferências e ônus devem ser registrados no livro mantido pela empresa, o Livro de Registro de Ações Escriturais.</p>
<b>Outros</b>	<p>Após a constituição, a S.A. pode ter apenas um acionista detentor da totalidade do capital social.</p> <p>O investidor pode financiar a S.A. através de contribuições de capital ou por meio de empréstimos em condições semelhantes às de um terceiro independente. Existem dois tipos de sociedades anônimas:</p> <p><b>Abertas:</b> Basicamente, aqueles que utilizam economias públicas para se capitalizar ou listar suas ações na bolsa de valores.</p> <p><b>Fechadas:</b> Aquelas que não são abertas.</p>

## 1.1 FUNCIONAMENTO

### » Conselho de Administração ou Administrador

A S.A. é administrada por um Conselho de Administração ou por um Administrador, conforme determinado pelo Contrato Social ou pela Assembleia de Acionistas. O Administrador ou os membros do Conselho podem ser pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, e podem estar domiciliados dentro ou fora do país. Durante o período em que a sociedade atua "em formação", eles são solidária e ilimitadamente responsáveis.

### » Assembleia de Acionistas

A Assembleia de Acionistas é o órgão soberano da S.A. É necessário realizar uma Assembleia Ordinária anual para considerar o progresso dos negócios da empresa, o desempenho do Conselho de Administração e aprovar os estados contábeis do ano, que devem ser preparadas de acordo com as normas contábeis apropriadas no Uruguai. Para a consideração de outros assuntos que não são aqueles tratados na Assembleia Ordinária, deve ser convocada uma Assembleia Extraordinária. As assembleias devem ser realizadas em território nacional.

As Assembleias de Acionistas geralmente deliberam por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, a menos que tenha sido de outra forma previsto pelo Contrato Social ou por lei. A Lei das Sociedades Comerciais nº 16.060 estabelece as seguintes exceções ao princípio de que a assembleia de acionistas resolva por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes: vantagens e condições de amortização e resgate de ações; participação da sociedade em outras sociedades; formação de reservas voluntárias; fusão, cisão, transformação, extensão ou dissolução antecipada da sociedade; transferência do domicílio da empresa para o exterior; mudança fundamental do objeto; aumento ou restituição do capital (maioria do capital integralizado); não pagamento aos acionistas do lucro mínimo obrigatório no final do ano (75% do capital integralizado).

Os acionistas podem ser representados nas assembleias por terceiros por meio de uma procuração, desde que contenha instruções de voto específicas.

As Assembleias podem ser realizadas por videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea que proporcione certeza quanto à identidade dos participantes, bem como no que diz respeito à conexão bilateral ou plurilateral em tempo real na imagem e no som dos participantes remotos.

Toda as reuniões devem ser convocadas pelo Conselho de Administração ou pelo Administrador e a convocatória da reunião deve ser publicada no Diário Oficial e em outro jornal, o que não é necessário quando estiverem presentes acionistas que representem todo o capital integralizado.

<sup>2</sup> Available at: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>



## » Capital requirements

O estatuto deve estabelecer o capital social, que não tem prazo máximo ou mínimo, e os fundadores devem contribuir com pelo menos 25% no ato da fundação e ser obrigados a contribuir com o 50% restante, uma obrigação que não tem prazo de validade. O capital social deve ser expresso em moeda nacional, bem como os registros contábeis. As ações podem ser ordinárias ou preferenciais.

## 1.2 CONTROLES

As S.A., exceto as S.A. da Zona Franca (S.A.ZF) - nas quais somente a Auditoria Interna da Nação (AIN) intervém com a finalidade de controlar a subscrição e integralização de capital - estão sujeitas ao controle da AIN durante sua constituição, modificação do estatuto social ou capital, dissolução, transformação, fusão ou cisão, mas durante sua operação e liquidação o controle é restrito às S.A. abertas.

Com exceção das empresas listadas na bolsa de valores, o Banco Central do Uruguai mantém um registro dos titulares de ações. Os titulares devem apresentar, na forma de uma declaração juramentada, os dados que permitam a identificação dos titulares e o valor nominal dos títulos. Essas informações são secretas e as informações contidas no banco de dados do BCU somente podem ser acessadas por um número limitado de órgãos públicos e sob certas condições.

## 1.3 COMO ABRIR UMA SOCIEDADE ANÔNIMA

No Uruguai há duas maneiras de abrir uma Sociedade Anônima:

- » Procedimento tradicional como detalhado abaixo, ou
- » Adquirir uma empresa existente (que não tenha sido utilizada) de um escritório de advocacia

### a- Procedimento tradicional

Os fundadores devem aprovar um estatuto social, que também deve ser aprovado pela Auditoria Interna da Nação (AIN), registrado no Registro Nacional de Comércio (RNC) e publicado (um extrato) no Diário Oficial e em outro jornal de circulação nacional. O período de constituição pode ser prorrogado por vários meses. Durante esse período, a sociedade pode operar como uma "S.A. em formação", sendo os fundadores solidária e ilimitadamente responsáveis perante a empresa e perante terceiros. Deve ser registrada na Diretoria Geral Impositiva (DGI), no Banco de Previdência Social (BPS), no Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS) e, em caso de empregar trabalhadores, no Banco de Seguros do Estado (BSE).

Os seguintes passos devem ser seguidos a fim de realizar o processo de constituição através do procedimento tradicional:

### 1. Realização de uma Assembleia

<b>Custo:</b>	Honorários notariais, 5% sobre o capital (a taxa mínima a ser cobrada por qualquer intervenção profissional não deverá, em nenhum caso, ser inferior a USD 1.254,58).
<b>Duração do procedimento:</b>	1 dia útil.
<b>Requisitos:</b>	O ato deve estabelecer quem o celebrará; nome; domicílio; objeto ou atividade proposta para ser realizada; capital, contribuições, forma em que os lucros serão distribuídos e os prejuízos suportados; regime de administração, assembleias e regime de controle interno, se for o caso, podendo nomear o primeiro conselho de administração ou administrador, bem como o administrador fiduciário ou comissão fiscal e estabelecer a forma de sua nomeação e o prazo de duração da sociedade; natureza ou classes, montante, condições de criação e emissão, se for o caso, e outras características das ações; o prazo pode ultrapassar os 30 anos.

### 2. Aprovação do Estatuto Social das sociedades anônimas<sup>3</sup>

A aprovação do estatuto é exigida pela Auditoria Interna da Nação (AIN). Este órgão é uma unidade executora do Ministério da Economia e Finanças (MEF) e, no que diz respeito à constituição de sociedades anônimas, sua função é controlar a legalidade do estatuto social e as subscrições e integrações de capital mínimo.

O procedimento pode ser realizado online ou pessoalmente<sup>4</sup>. É possível escolher um dos estatutos padrão elaborados pela AIN (que pode ser comprado na AIN ou baixado do seu site), ou é possível apresentar um estatuto próprio.

<b>Custo:</b>	USD 633 (aprovação de estatutos padronizados)
<b>Data limite para a conclusão:</b>	30 dias corridos a partir do dia imediatamente seguinte à sua constituição.
<b>Requisitos:</b>	Estatuto original ou traslado notarial do mesmo, vinculado à certificação de assinaturas, com os correspondentes selos notariais. Certificado de integralização e subscrição de capital com seu selo profissional ou notarial, conforme o caso, de acordo com os modelos disponíveis no site: <a href="http://www.ain.gub.uy">www.ain.gub.uy</a> . Nota de solicitação de aprovação com cópia incluindo os seguintes detalhes do solicitante: endereço, telefone e fax. A nota deve ser endereçada ao Auditor Interno da Nação e deve ser assinada por uma pessoa autorizada.

<sup>3</sup> Fonte: Auditoria Interna da Nação ([www.ain.gub.uy](http://www.ain.gub.uy))

<sup>4</sup> É possível conferir os requisitos para fazê-lo de uma forma ou de outra no [link](#) a seguir

### 3. Inscrição no Registro Nacional de Comércio <sup>5</sup>

Uma vez aprovados os Estatutos pela AIN, a sociedade deve ser registrada no Registro de Pessoas Jurídicas-Seção Registro Nacional de Comercio (RNC), a fim de cumprir parte dos requisitos necessários para a aquisição do tipo empresarial. O RNC pertence à Diretoria Geral de Registros (DGR), Unidade Executiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O trâmite pode ser realizado através do site da DGR na seção sobre solicitações remotas de informações de registro.

<b>Custo</b>	Taxa de inscrição (USD 59)
<b>Duração do trâmite</b>	30 dias úteis
<b>Requisitos</b>	Primeiro traslado de autenticação do Estatuto Social outorgado em documento particular com certificação notarial de assinaturas ou a primeira cópia da escritura pública; Traslado de aprovação do estatuto pela AIN, que deve ser autenticado; Ata de registro de sociedades empresariais (formulário aprovado pela DGR); Certificação ou constância notarial do número de registro da sociedade no Registro Único Tributário (R.U.T.); Comprovante de pagamento do ICOSA (Imposto sobre a Constituição de Sociedades Anônimas).

### 4. Publicação do Estatuto Social de uma sociedade anônima

Com a publicação no Diário Oficial e em outro jornal de sua escolha, a sociedade é considerada devidamente constituída como uma sociedade anônima.

	<b>Diário Oficial e outros jornais</b>
<b>Custo</b>	USD 290 (Preço médio para um estatuto social padrão)
<b>Prazo</b>	2 dias úteis
<b>Requisitos</b>	Comprovante de registro no Registro Nacional de Comércio (RNC)

<sup>5</sup> RNC: <http://portal.dgr.gub.uy>

## 5. Portal único: BPS e DGI

O Portal Único é um serviço prestado pelo Banco de Previdência Social (BPS) e pela Diretoria Geral Impositiva (DGI) que unifica os trâmites de registro (inscrições, modificações, fechamentos) dos contribuintes. A DGI é uma Unidade Executora do MEF, bem como um órgão fiscalizador e de arrecadamento. O BPS é uma autarquia do Estado uruguaio e o órgão competente para a provisão e cobertura da previdência social.

O trâmite pode ser realizado pessoalmente ou online através do Portal de Serviços Online do BPS<sup>6</sup>. Para este último, o contribuinte deve estar domiciliado no Uruguai.

<b>Custo</b>	Selos profissionais
<b>Prazo de realização</b>	30 dias corridos a partir da data do ato de constituição
<b>Requisitos para o trâmite presencial</b>	Formulários: 1) inscrição e atualização (Nº 0351), 2) pessoas físicas vinculadas (Nº 0352) 3) pessoas jurídicas vinculadas (Nº 0353) - 3 vias e dupla face. Acesso na DGI e BPS.  Documentação a ser apresentada: 2 fotocópias dos documentos de identidade dos proprietários; certificação notarial com os selos notariais correspondentes e 2 fotocópias constando: assinatura de todos os fundadores, dados dos fundadores, domicílio fiscal, data do ato de constituição. Se algum dos fundadores tiver personalidade jurídica, deverá apresentar documentação adicional.
<b>Requisitos para o trâmite online</b>	Domicílio constituído em Montevideu. Acesso à plataforma de serviços online do BPS. Formulário 0380 em 3 vias com selo profissional (fornecido pelo BPS uma vez que o pedido for recebido).

## 6. Banco de Seguros do Estado (BSE)

O BSE é uma autarquia do Estado uruguaio. Os empresários que tenham empregados devem solicitar o Seguro de Acidentes e Doenças Ocupacionais no BSE.

<b>Custo</b>	<b>Gratuito</b>
<b>Prazo para sua realização</b>	No momento da contratação
<b>Duração do trâmite</b>	1 dia útil
<b>Requisitos</b>	Formulário Nº 1990 - Solicitação de Seguro contra Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais. O formulário é acessado através do site e depois deve ser apresentado em uma das filiais do BSE.

<sup>6</sup> Portal de Serviços Online: <https://serviciosonline.bps.gub.uy>

## 7. Inscrição de uma empresa com empregados

De acordo com as disposições do Decreto nº 278/017, a partir de outubro de 2017 os registros do Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS) e do BPS foram unificados, gerando um único registro chamado "Planilha de Trabalho Unificada". As empresas que contribuem para o BPS devem completar o trâmite correspondente no Sistema de Gestão de Afiliados (GAFI) no site do BPS. No registro, devem ser indicadas as informações de atividade exigidas por este órgão dentro dos prazos estabelecidos, bem como os detalhes das condições de trabalho de cada funcionário.

Quando a empresa tiver seu primeiro empregado, deve registrá-lo no Livro de Registro de Trabalho no centro de atendimento ao cidadão MTSS. Este trâmite é realizado no momento.

<b>Custo</b>	Gratuito
<b>Prazo para sua realização</b>	10 dias antes e até a data de admissão, inclusive <sup>7</sup>
<b>Requisitos</b>	Estar registrado no Portal de Serviços Online do BPS. Livro de Registro de Trabalho submetido ao MTSS.

O processamento da Planilha de Controle de Trabalho permanecerá apenas para aqueles que contribuem para os fundos de aposentadoria bancário, profissional e notarial<sup>8</sup>.

<b>Custo</b>	Gratuito
<b>Prazo para sua realização</b>	10 dias úteis a partir do dia seguinte ao início das operações da empresa
<b>Duração do trâmite</b>	15 dias úteis
<b>Requisitos</b>	Registro original perante o BPS e a DGI, Livro de Registro de Trabalho, Folha BPS (original ou fotocópia)

### b- Adquirir um negócio existente sem atividade anterior

Ao invés de realizar o trâmite de constituição da sociedade, é possível adquirir uma sociedade pré-constituída (seja uma S.A. comum ou uma S.A. especial) que ainda não tenha realizado nenhuma atividade. O controle dessas sociedades é adquirido através de uma simples transferência de ações contra pagamento de um valor e a nomeação de um novo conselho de administração, que pode ser concluído em um dia. Este método é amplamente utilizado e é o mais comum. O custo de aquisição e funcionamento de uma S.A. pré-constituída é de aproximadamente US\$ 5.000, dependendo do tipo de S.A. Após a compra, a empresa ficará operacional dentro de 72 horas.

<sup>7</sup> No caso de trabalhadores rurais e da construção civil, o prazo é de até 72 e 48 horas úteis após a data de entrada, respectivamente, após cumpridos os 10 dias prévios.

<sup>8</sup> Este trâmite é realizado através do sistema "Venetus": <https://venetus.mtss.gub.uy/>

#### 1.4 SOCIEDADE ANÔNIMA DE ZONA FRANCA<sup>9</sup>

As Sociedades Anônimas de Zona Franca (S.A.ZF) são um tipo especial de sociedade cujo objeto exclusivo é realizar operações comerciais, industriais ou de serviços em Zonas Francas (ZF), sob o regime da Lei N° 15.921.<sup>10</sup>

Sua constituição é realizada sob um regime simplificado que não requer aprovação do contrato social pela AIN, embora deva haver um controle de integralização de capital por parte da AIN. O contrato social deve ser registrado no RNC e o contrato de usuário deve ser autorizado pela Diretoria Geral de Comércio - Área de Zonas Francas.

A fim de operar uma S.A.ZF, a empresa deve:

- » Estar registrada na DGI e no BPS.
- » Obter a aprovação do contrato de usuário da Zona Franca (direto ou indireto) e seu projeto de investimento pela Diretoria Geral de Comércio – Área de Zonas Francas.
- » O contrato do usuário deve ter assinaturas certificadas por um Notário Público.
- » Planilha de Trabalho Unificada (BPS).
- » Estabelecer o número de funcionários estrangeiros sob sua responsabilidade e se eles desejam ou não se beneficiar do sistema de segurança social vigente no país.

A constância de subscrição e integralização de capital pode ser feita online ou pessoalmente (somente em Montevidéu e com agenda marcada previamente) na AIN<sup>11</sup>.

Subscrição e integralização do capital de uma S.A.ZF	
<b>Custo</b>	USD 316
<b>Prazo</b>	30 dias corridos após o dia seguinte à data de constituição da sociedade

<sup>9</sup> Decreto N° 309/018

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/15921-1987>

<sup>11</sup> É possível ver os requisitos para o fazer de uma forma ou de outra no seguinte [link](#).



# 2

## SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

A Sociedade de Responsabilidade Limitada (S.R.L) tem sido o tipo de empresa mais utilizado pelas pequenas e médias empresas até o surgimento da S.A.S, pois ambas as formas legais, com suas particularidades, são opções viáveis para este tipo de empreendimento.

PRINCIPAIS ASPECTOS DA S.R.L A SEREM CONSIDERADOS PELO INVESTIDOR	
<b>Atividade comercial</b>	Não tem limitações operacionais, exceto para as atividades reservadas às S.A., por exemplo, a realização de atividades financeiras e de seguros.
<b>Responsabilidade</b>	A responsabilidade dos acionistas é limitada ao valor de suas contribuições de capital. Há duas exceções a este princípio, nas quais os sócios são responsáveis pelas dívidas da empresa: o caso das dívidas de natureza salarial e as dívidas decorrentes do IRAE.
<b>Capital</b>	Não há quantidades máximas ou mínimas de capital.
<b>Compromisso pessoal</b>	A dissolução pode ser acordada em caso de morte ou incapacidade de um dos sócios ou continuação com os herdeiros em caso de morte dos sócios.
<b>Anonimato</b>	As ações representativas do capital são nominativas e constam no estatuto social.
<b>Lucros</b>	Os lucros são distribuídos de acordo com as disposições do estatuto social, podendo usar um critério diferente da proporção do capital aportado, desde que não seja claramente desproporcional às contribuições. Não existe a obrigação de distribuir um lucro mínimo.
<b>Transferência</b>	Entre sócios, é livre e não tem limitações, a menos que tenham acordo em contrário ou que o regime majoritário mude. Entre terceiros: se houver 5 ou menos sócios, a transferência requer unanimidade, enquanto que se houver mais de 5, é necessária a aprovação de 75% dos sócios.
<b>Comunicação do Beneficiário Final</b>	Não são obrigados a apresentar uma Declaração Juramentada do Beneficiário Final perante o BCU, desde que as ações pertençam a pessoas físicas e sejam seus beneficiários finais.

PRINCIPAIS ASPECTOS DA S.R.L A SEREM CONSIDERADOS PELO INVESTIDOR	
<b>Outros</b>	<p>Pode ter de 2 a 50 sócios, que podem ser pessoas jurídicas, sem restrições de nacionalidade.</p> <p>Podem ser substituídos temporariamente com apenas um sócio.</p>

## 2.1 FUNCIONAMENTO

### Administração

A S.R.L é administrada e representada por uma ou mais pessoas, sejam sócios ou não, indicadas no estatuto social. As resoluções nas assembleias de sócios são geralmente aprovadas por sócios que detêm a maioria absoluta do capital social, se houver menos de 20 sócios. Se houver 20 ou mais sócios, as resoluções são geralmente aprovadas pela maioria dos votos dos sócios presentes, com um voto para cada ação do capital.

### Requisitos de capital

Não há requisitos mínimos ou máximos de capital para as S.R.L. No momento do contrato social, pelo menos 50% do capital social deve ser integralizado no caso de contribuições em dinheiro e/ou 100% no caso de contribuições em espécie. O capital é dividido em ações indivisíveis de igual valor, que não podem ser representadas por instrumentos negociáveis. Para a transferência das ações, o contrato social deve ser emendado e devem ser cumpridos os mesmos procedimentos realizados para a constituição. Esta transferência geralmente é livre apenas entre os sócios da S.R.L, sendo exigida unanimidade para a transferência de ações a terceiros em S.R.L com menos de 5 sócios e o acordo dos demais sócios que representem pelo menos 75% do capital social, se a S.R.L tiver mais de 5 sócios.

## 2.2 CONTROLES

Não estão sujeitas ao controle da AIN.

## 2.3 COMO ABRIR UMA S.R.L?

Para abrir uma S.R.L no Uruguai, é necessário seguir o procedimento tradicional detalhado abaixo.

### Procedimento tradicional

Os sócios fundadores devem assinar um estatuto social, que é registrado no Registro Nacional de Comércio (RNC), e um extrato do contrato é publicado por única vez no Diário Oficial e em outro jornal. Este procedimento dura aproximadamente um mês, e as atividades podem começar a partir da elaboração do estatuto social, sendo os fundadores solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações da empresa até o cumprimento das formalidades. Deve ser registrada na DGI, no BPS e no MTSS e, no caso de ter empregados, também no BSE.

### 1. Realização de uma Assembleia

<b>Custo</b>	Honorários notariais, 5% sobre o capital (a taxa mínima a ser cobrada por qualquer intervenção profissional não deverá em nenhum caso ser inferior a 40 UR, ou seja, aproximadamente USD 1.254,58).
<b>Duração do trâmite</b>	1 dia útil.
<b>Requisitos</b>	O ato deve estabelecer quem o realiza; o nome; o domicílio; o objeto ou atividade a ser realizada; o capital social; o número e montante das quotas correspondentes a cada sócio e o valor atribuído às contribuições em espécie; a forma de distribuição de lucros e prejuízos, o regime de administração, representação e, se for o caso, o sistema de controle interno da sociedade; e a duração da sociedade (não superior a 30 anos).

### 2. Inscrição no Registro Nacional de Comércio

Para a constituição de uma Sociedade de Responsabilidade Limitada, a empresa deve ser registrada no Registro de Pessoas Jurídicas - Seção Registro Nacional de Comércio (RNC), a fim de cumprir com alguns dos requisitos necessários para a aquisição do tipo empresarial.

<b>Custo</b>	Taxa de inscrição (USD 59)
<b>Prazo para sua realização</b>	30 dias após a constituição do estatuto social
<b>Duração do trâmite</b>	5 dias úteis (prazo legal de acordo com o Art. 64 da Lei 16.871, mas na prática pode levar de 15 a 20 dias úteis)
<b>Requisitos</b>	Primeiro traslado da autenticação do Estatuto Social outorgado em documento privado com certificação notarial de assinaturas ou a primeira cópia da escritura pública; Registro de sociedades empresariais (formulário aprovado pela DGR); Certificação notarial ou comprovação do número de registro da empresa no Registro Único Tributário (R.U.T.).

### 3. Publicação da Constituição de uma Sociedade de Responsabilidade Limitada (S.R.L)

Com a publicação no Diário Oficial e em outro jornal de sua preferência (circulando no local da sede social ou no departamento), a sociedade será devidamente constituída como Sociedade de Responsabilidade Limitada.

	<b>Diário Oficial e outro jornal</b>
<b>Custo</b>	USD 116 (Preço médio para um estatuto social padrão)
<b>Prazo</b>	2 dias úteis
<b>Requisitos</b>	Comprovante de registro no Registro Nacional de Comércio (RNC)

#### 4. Portal único: DGI e BPS

O Portal Único é um serviço prestado pelo Banco de Previdência Social (BPS) e pela Diretoria Geral Impositiva (DGI) que unifica os trâmites de registro (inscrições, modificações, fechamentos) dos contribuintes. A DGI é uma Unidade Executora do MEF bem como um órgão fiscalizador e de arrecadamento. O BPS é uma autarquia do Estado uruguaio e o órgão competente para a provisão e cobertura da previdência social.

O trâmite pode ser realizado pessoalmente ou online através do Portal de Serviços Online do BPS<sup>10</sup>. Para este último, o contribuinte deve estar domiciliado em Montevideu.

<b>Custo</b>	Selos profissionais
<b>Prazo para sua realização</b>	Dentro de 24 horas seguintes à assinatura do contrato
<b>Requisitos para o trâmite presencial</b>	<p>Formulários: 1) inscrição e atualização (N° 0351), 2) pessoas físicas vinculadas (N° 0352) ou pessoas jurídicas vinculadas (N° 0353) - 3 vias e dupla face; 3) declaração juramentada de trabalhadores não dependentes (N° 205) - 2 vias. Acesso na DGI e BPS.</p> <p>Documentação a ser apresentada: 2 fotocópias dos documentos de identidade de todos os sócios, original ou cópia autenticada do estatuto social e fotocópia simples do estatuto social, certificação notarial (original e 3 fotocópias simples), constando: assinatura de todos os sócios, dados dos sócios da sociedade, nomes dos administradores e representantes, plena capacidade jurídica e representação (incluindo data do contrato), domicílio fiscal.</p>
<b>Requisitos para o trâmite online</b>	<p>Domicílio constituído em Montevideu.</p> <p>Acesso à plataforma de serviços online do BPS.</p> <p>Formulário 0380 em 3 vias com selo profissional (fornecido pelo BPS uma vez que o pedido for recebido).</p>

#### 5. Banco de Seguros do Estado (BSE)<sup>11</sup>

O Banco de Seguros do Estado (BSE) é uma autarquia do Estado uruguaio. Os empresários que têm empregados devem solicitar o Seguro contra Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais perante o órgão acima mencionado<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Portal de serviços online: <https://serviciosonlinea.bps.gub.uy>.

<sup>11</sup> Fonte: BSE. Para mais informações, consulte: <https://www.bse.com.uy/portal-comercial/seguros/seguro-adt-personales/> ou envie sua consulta para: [atenciondirecta@bse.com.uy](mailto:atenciondirecta@bse.com.uy).

<sup>12</sup> Nota: as empresas pertencentes ao setor da construção civil e ao setor rural (exceto empresas florestais e madeireiras) estão cobertas pela contribuição unificada ao BPS, de modo que não precisam contratar a apólice diretamente no BSE.

<b>Custo</b>	Gratuito
<b>Prazo para sua realização</b>	No momento da contratação
<b>Duração do trâmite</b>	1 dia útil
<b>Requisitos</b>	Formulário N° 1990 - Solicitação de Seguro contra Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais. O formulário é acessado através do site e depois deve ser apresentado em uma das filiais do BSE.

## 6. Inscrição de uma empresa com empregados

De acordo com as disposições do Decreto nº 278/017, a partir de outubro de 2017 os registros do Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS) e do BPS foram unificados, gerando um único registro chamado "Planilha de Trabalho Unificada". As empresas que contribuem para o BPS devem completar o trâmite correspondente no Sistema de Gestão de Afiliados (GAFI) no site do BPS. No registro, devem ser indicadas as informações da atividade exigidas por este órgão dentro dos prazos estabelecidos, bem como os detalhes das condições de trabalho de cada funcionário.

Quando a empresa tiver seu primeiro empregado, deve registrá-lo no livro preto no centro de atendimento ao cidadão MTSS. Este trâmite é realizado no momento.

<b>Custo</b>	Gratuito
<b>Prazo para sua realização</b>	10 dias antes e até a data de admissão, inclusive
<b>Requisitos</b>	Estar registrado no Portal de Serviços Online do BPS. Livro de Registro de Trabalho apresentado perante o MTSS.

O processamento da Planilha de Controle de Trabalho permanecerá apenas para aqueles que contribuem para os fundos de aposentadoria bancário, profissional e notarial<sup>13</sup>.

<b>Custo</b>	Gratuito
<b>Prazo para sua realização</b>	10 dias úteis a partir do dia seguinte ao início das operações da empresa
<b>Duração do trâmite</b>	15 dias úteis
<b>Requisitos</b>	Registro original perante o BPS e a DGI, Livro de Registro de Trabalho, Folha BPS (original ou fotocópia)

<sup>13</sup> Este trâmite é realizado através do sistema "Venetus": <https://venetus.mtss.gub.uy/>

# 3

## SOCIEDADE POR AÇÕES SIMPLIFICADA

A sociedade por ações simplificada é um tipo de sociedade empresarial criada pela Lei N° 19.820<sup>14</sup> de 18 de setembro de 2019 e regulamentada pelo Decreto N° 399/019<sup>15</sup> de 23 de dezembro de 2019.

Caracteriza-se por ter seu capital representado por ações nominativas endossáveis ou não endossáveis, ou ações escriturais.

PRINCIPAIS ASPECTOS DA S.A.S A SEREM CONSIDERADOS PELO INVESTIDOR	
<b>Atividade comercial</b>	Sem qualquer tipo de limitação operacional, podendo, em geral, realizar qualquer tipo de atividade, exceto aquelas reservadas exclusivamente às S.A. (por exemplo, intermediação financeira e bancária, seguros, etc.).  Se nenhum objeto for estabelecido, será entendido que a S.A.S poderá realizar qualquer atividade legal.
<b>Responsabilidade</b>	A responsabilidade dos investidores, como acionistas, é limitada ao valor do capital com o qual se comprometeram a contribuir, com isenção expressa de responsabilidade por obrigações sociais de natureza trabalhista, fiscal ou qualquer outra, a menos que a pessoa jurídica (S.A.S) seja declarada como não imputável.
<b>Capital</b>	Não há requisitos de capital máximo ou mínimo. O capital social deve ser totalmente integralizado no momento da constituição da empresa, e um mínimo de 10% do capital social deve ser integralizado se a contribuição for em dinheiro e 100% se for em espécie. O período para a plena integralização do capital não pode ultrapassar os 24 meses.
<b>Compromisso pessoal</b>	Pelo fato de ser uma empresa de capital, as pessoas estão completamente dissociadas da empresa.
<b>Anonimato</b>	Os titulares de ações nominativas e escriturais devem fornecer seus dados de identificação à empresa para serem encaminhados ao Banco Central do Uruguai, considerados como segredo.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes-originales/19820-2019>

<sup>15</sup> Disponíveis em: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/399-2019>



<b>Lucros</b>	<p>A lei não impõe a obrigação de distribuir um lucro mínimo específico, de modo que a autonomia da vontade e o que as partes acordarem deverá reger, e a possibilidade de uma distribuição diferente da participação acionária poderá ser estabelecida nos estatutos da sociedade. Se nada for acordado, serão aplicadas as disposições previstas para as S.A.: serão distribuídos na proporção do capital aportado e será obrigatório distribuir um lucro mínimo aos acionistas de pelo menos 20% do lucro líquido do ano.</p>
<b>Transferência</b>	<p>As ações nominativas devem ser endossadas e sua transferência deve ser comunicada à sociedade para inscrição no respectivo Livro de Registro de Ações Nominativas. No caso de ações escriturais, isto deve ser comunicado à sociedade para a inscrição no Livro de Registro de Ações Escriturais. Os novos acionistas devem fornecer à sociedade os dados para sua identificação perante o Banco Central do Uruguai.</p>
<b>Outros</b>	<p>A S.A.S pode ser constituída com um único proprietário, que pode ser uma pessoa física ou jurídica (que não pode ser uma única sociedade anônima) ou por várias pessoas físicas ou jurídicas sem limite. Após a constituição, pode operar com um único titular S.A.</p> <p>O investidor pode financiar a S.A.S através de empréstimos em condições similares às de um terceiro independente.</p> <p>A S.A.S está proibida de fazer uma oferta pública de suas ações, ou seja, de apelar as economias públicas para receber contribuições de capital.</p>

### **3.1 FUNCIONAMENTO**

#### **» Conselho de Administração ou Administrador**

O órgão administrativo é opcional e pode ser dirigido por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, e pode estar domiciliado dentro ou fora do país. Caso não estejam previstas, as funções administrativas (gestão dos negócios da empresa) são exercidas pelo representante legal.

Todas as nomeações de diretor(es) por ato diferente do estatuto social, cessação ou revogação devem ser registradas no Registro Nacional de Comércio.

Quando a empresa tiver seu primeiro empregado, deve registrá-lo no livro preto no centro de atendimento ao cidadão MTSS. Este trâmite é realizado no momento.

#### **» Assembleia de Acionistas**

Salvo disposição em contrário no estatuto social, a assembleia de acionistas será convocada pelo representante legal da sociedade dando aos acionistas um aviso prévio de pelo menos 10 dias úteis, incluindo a ordem do dia a ser discutida. As assembleias de acionistas também podem ser autoconvocadas quando todo o capital integralizado estiver presente.

Além disso, é possível realizar uma reunião sem aviso prévio, desde que estejam presentes acionistas representando a totalidade do capital integralizado. Neste caso, qualquer acionista pode se opor à discussão de um assunto, caso em que as resoluções adotadas serão nulas. Em princípio, o quórum necessário para as reuniões é a metade mais uma das ações com direito a voto, a menos que o estatuto preveja um quórum diferente.

As assembleias de acionistas podem deliberar em geral por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados, seja de um número singular ou plural de acionistas, a menos que o estatuto preveja uma maioria superior para algumas ou todas as resoluções. A Lei 19.820 estabelece as seguintes exceções ao princípio de que a Assembleia de Acionistas resolva por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes:

1. Reformas dos estatutos e transformação da SAS em outro tipo empresarial previsto na lei: é necessário o voto favorável dos acionistas que representam a maioria do capital integralizado com direito a voto.
2. Modificação de cláusulas estabelecendo restrições à negociação de ações, recesso ou exclusão de acionistas e resolução de conflitos societários: é necessário o voto unânime de 100% do capital integralizado.

No caso da S.A.S, como no caso das S.A., está prevista a possibilidade de realizar assembleias por videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea.

### » Requisitos de capital

O capital social representado em ações deve ser expresso em moeda nacional, bem como os registros contábeis.

## 3.2 CONTROLES

Em princípio, a S.A.S não está sujeita ao controle da Auditoria Interna da Nação, a menos que ao final do exercício financeiro sua receita anual ultrapasse as 37.500.000 UI (equivalente a aproximadamente USD 4.310.250)<sup>16</sup>. Neste caso, estarão automaticamente sujeitas à auditoria 180 dias após o final do exercício financeiro.

Os controles serão os mesmos das sociedades anônimas fechadas, de modo que não haverá controle operacional e somente certas operações relacionadas à evolução do capital integralizado, a saber: a) Integralizações de capital por novas contribuições, b) Reduções do capital integralizado, c) Resgate ou amortização de ações, d) Reembolso de capital, e) Casos em que se gera o direito de recessão, quando deriva de qualquer dos atos dos itens anteriores.

No que diz respeito à constituição e modificação do estatuto social, este permanecerá dentro da órbita do RNC sem requerer a aprovação da AIN.

## 3.3 COMO ABRIR UMA S.A.S?

A lei prevê um procedimento de constituição digital com assinatura eletrônica avançada ou outro mecanismo de autenticação para realizar o processo online, que ainda não foi implementado.

Até que a plataforma tecnológica "S.A.S Digital", a ser projetada pela Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação e do Conhecimento (AGESIC), não esteja disponível, o Decreto Regulamentar estabelece um procedimento transitório de constituição:

1. Verificação de homonímia perante o RNC.
2. O estatuto social é outorgado por escrito, em um documento público ou privado, e é registrado no RNC dentro de 30 dias após o outorgamento.

<sup>16</sup> Valor de UI = \$5,0679 em 1 de outubro de 2021.

<b>Custo</b>	Taxa de inscrição (USD 59)
<b>Prazo para sua realização</b>	30 dias após a constituição do estatuto social
<b>Duração do trâmite</b>	Aproximadamente 20 dias úteis
<b>Requisitos</b>	Primeiro traslado de autenticação do Estatuto Social outorgado em documento privado com certificação notarial de assinaturas ou a primeira cópia da escritura pública; Registro de sociedades empresariais (formulário aprovado pela DGR).

3. Dentro do mesmo prazo de 30 dias, o solicitante deverá comparecer perante a DGI com o número designado pelo RNC, a fim de solicitar a inscrição no Registro Único Tributário, que será registrado como "em formação".

4. A DGI comunicará diariamente e eletronicamente ao RNC os números de RUT (CNPJ) que foram atribuídos às S.A.S.

5. Finalmente, uma vez finalizado o registro no RNC, o RNC enviará à DGI, também diariamente e por meios eletrônicos, a lista de S.A.S que foram classificados como definitivos, a fim de completar o processo de constituição.

Com o registro definitivo no RNC, a S.A.S é devidamente constituída, sem necessidade de realizar publicações.

Após o registro da S.A.S no RNC, os livros sociais devem ser assinados e as ações devem ser emitidas no caso da S.A.S com ações nominativas.

Em função da aplicação das normas sobre beneficiários finais e titulares de ações da Lei 19.484 às S.A.S, dentro de 30 dias após sua constituição e atribuição do número RUT, é obrigatório comunicar ao BCU os dados de identificação dos titulares das ações. Se esses titulares forem pessoas físicas ou jurídicas não residentes, o prazo é estendido a 90 dias.

# 4

## FILIAL DE EMPRESA ESTRANGEIRA

As sociedades constituídas no exterior podem realizar atos isolados no país e comparecer em juízo, mas para poder realizar habitualmente as atividades previstas no seu objeto social, devem registrar uma filial no país. A filial é a mesma pessoa jurídica estrangeira que está registrada para operar no país, cumprindo com as formalidades exigidas.

No caso de empresas estrangeiras que desejam se registrar como filiais, devem designar a pessoa ou as pessoas encarregadas da administração ou representação.

PRINCIPAIS ASPECTOS DAS FILIAIS A SEREM CONSIDERADOS PELO INVESTIDOR	
<b>Atividade comercial</b>	Embora não tenha limitações operacionais, mantém a atividade comercial de sua empresa mãe.
<b>Responsabilidade</b>	A matriz estrangeira, cujos ativos são inseparáveis dos da filial, é responsável pelas obrigações da filial.
<b>Capital</b>	A filial como tal, considerando que não é uma pessoa jurídica diferente da matriz, não terá ativos independentes dos da matriz. Em qualquer caso, quando a matriz decide estabelecer a filial no Uruguai, deve alocar um capital, não havendo um máximo nem um mínimo previsto na Lei 16.060.
<b>Compromisso pessoal, anonimato, lucros</b>	Pelo fato da filial ser uma empresa estrangeira, estes aspectos dependerão do regime da empresa mãe.
<b>Transferência</b>	As exigências a serem cumpridas para a transferência das ações da empresa estrangeira serão determinadas pela lei de constituição da sociedade.
<b>Outros</b>	A filial deve manter contas separadas na moeda local e em idioma espanhol.

Uma cópia autêntica do estatuto da Casa Matriz Estrangeira e da ata do órgão competente da Casa Matriz Estrangeira resolvendo estabelecer uma Filial no Uruguai devem ser registrados no RNC, indicando o nome da Filial, o domicílio, o capital designado e a pessoa ou as pessoas encarregadas da administração ou representação. Os documentos acima mencionados devem ser legalizados e traduzidos para o espanhol se estiverem redigidos em outro idioma. Após o registro no RNC, um extrato de toda a documentação será publicado no Diário Oficial e em outro jornal.

A inscrição deve ser realizada antes do início das atividades da empresa. Também deve ser registrada na DGI, no BPS e no MTSS e, no caso de ter empregados, também no BSE.

<b>DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NA ABERTURA DE UMA FILIAL</b>	
<b>RNC</b>	Cópias autenticadas e legalizadas da resolução de abertura da filial e do estudo da Casa Matriz. O trâmite pode ser realizado através do site da DGR na seção de solicitações remotas de informações de registro.
<b>BPS e DGI</b>	1) Contrato para uso de serviços online e contrato pessoal do BPS (trâmite online) ou Formulários e outra documentação associada (trâmite presencial). 2) Planilha de trabalho unificada (se empregar trabalhadores dependentes).
<b>MTSS</b>	1) Inscrição no BPS e na DGI. 2) Livro de Registro de Trabalho.
<b>BSE</b>	Seguro contra acidentes de trabalho e doenças ocupacionais (se empregar trabalhadores dependentes).



# 5

## OUTROS TIPOS EMPRESARIAIS

Descrevem-se a seguir as características básicas de outros tipos empresariais, que são raramente utilizadas na prática.

### 5.1 SOCIEDADE COLETIVA

Uma Sociedade Coletiva (SC) se caracteriza pelo fato de que seus sócios são solidária e ilimitadamente responsáveis pelas dívidas da empresa, das quais geralmente são os administradores.

O regime de administração e representação será o estabelecido no estatuto social e, na falta deste, qualquer um dos sócios poderá administrar e representar a empresa.

Por mais informações, veja os artigos 199 a 211 da Lei 16.060<sup>17</sup>.

### 5.2 SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES

As Sociedades em Comandita Simples (SCS) são caracterizadas pela existência de dois tipos de sócios: sócios comanditados e sócios comanditários. Os sócios comanditados são responsáveis pelas obrigações da empresa de forma subsidiária, solidária e ilimitada. Em contraste, os sócios comanditários são responsáveis apenas pelo montante do capital aportado.

A administração e representação da sociedade devem ser exercidas pelos sócios comanditados ou, na falta destes, por terceiros indicados para este fim.

Por mais informações veja os artigos 212 a 217 da Lei 16.060<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>

### **5.3 SOCIEDADES EM COMANDITA POR AÇÕES**

Nas Sociedades em Comandita por Ações (SCA), o capital comanditário é dividido em ações. Os sócios comanditados são responsáveis pelas obrigações da empresa de forma subsidiária, solidária e ilimitada, e os sócios comanditários são responsáveis apenas pelo montante do capital aportado.

A administração e a representação serão realizadas por um ou mais administradores ou por um Conselho de Administração, conforme previsto no estatuto social. Os administradores ou membros do Conselho de Administração podem ser sócios comanditados ou terceiros designados por eles ou previstos no estatuto social. Por mais informações, veja os artigos 474 a 482 da Lei 16.060<sup>19</sup>.

### **5.4 SOCIEDADES DE CAPITAL E INDÚSTRIA**

Nas Sociedades de Capital e Indústria (SCI), os sócios capitalistas são responsáveis pelas obrigações da empresa da mesma forma que os sócios da SC, enquanto que aqueles que contribuem exclusivamente com sua indústria ou trabalho são responsáveis até o montante dos lucros não obtidos a que têm direito.

A administração e a representação podem ser exercidas por qualquer um dos sócios capitalistas.

Por mais informações, veja os artigos 218 a 222 da Lei 16.060<sup>20</sup>.

### **5.5 SOCIEDADES DE FATO**

As sociedades de fato são aquelas que não possuem um estatuto social por escrito. Os sócios são solidariamente responsáveis pelas dívidas da empresa e qualquer um deles pode representar a empresa.

Para mais informações, consulte os artigos 36 a 43 da Lei 16.060<sup>21</sup>.

### **5.6 COMO ABRIR ESSES TIPOS EMPRESARIAIS?**

O procedimento de constituição para estes tipos empresariais - exceto para a sociedade de fato, em que não há estatuto social escrito - é semelhante ao de uma S.R.L, sem necessidade de publicação.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>

<b>DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PARA A CONSTITUIÇÃO DESTES TIPOS EMPRESARIAIS</b>	
<b>RNC</b>	Estatuto social com certificação notarial, exceto para sociedades de fato. Livros jurídicos. O procedimento pode ser realizado através do site da DGR na seção sobre solicitações remotas de informações de registro.
<b>BPS e DGI</b>	1) Contrato para uso de serviços online e contrato de pessoa BPS (trâmite online) ou Formulários e outra documentação associada (trâmite presencial). 2) Folha de trabalho unificada (se tiver trabalhadores dependentes).
<b>MTSS</b>	1) Registro no BPS e na DGI. 2) Livro de Registro de Trabalho.
<b>BSE</b>	Seguro contra acidentes de trabalho e doenças ocupacionais (se tiver trabalhadores dependente).

**Tabela sobre o uso de tipos empresariais**

<b>Forma jurídica</b>	<b>2020</b>
Empresa unipessoal	12.794
S.R.L	977
Sociedade de fato	3089
S.A.	1937
S.A.S	2107
Sociedade Coletiva	4
Sociedade em Comandita Simples	2
Sociedade em Comandita por Ações	0
Sociedade de Capital e Indústria	0

Fonte: DGI, Arquivo N° 2021.05.005.00.11.14284.

# 6

## COOPERATIVAS<sup>22</sup>

As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente com base em seus próprios esforços e ajuda mútua, para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade conjunta e administrada democraticamente.

Sem prejuízo das normas gerais, existem regras especiais para cooperativas agrícolas, de moradia, de poupança e crédito, de produção e de consumo.

PRINCIPAIS ASPECTOS DAS COOPERATIVAS A SEREM CONSIDERADOS PELO INVESTIDOR	
<b>Atividade comercial</b>	Sem limitações operacionais, embora devam ser exclusivamente para fins cooperativos.
<b>Responsabilidade</b>	A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das contribuições de capital.
<b>Capital</b>	O capital aumenta ou diminui de acordo com a renda ou o saque dos membros. Não há um limite de capital máximo nem mínimo.
<b>Compromisso pessoal</b>	Em contraste com os outros tipos empresariais, é aplicável o sistema de "porta aberta", pelo qual os membros podem entrar ou sair da cooperativa de acordo com sua conveniência. Cada sócio tem direito a um voto, independentemente do número de quotas ou ações que possua. Em caso de dissolução, o sócio recebe apenas o valor da contribuição que fez como reembolso. O estatuto social deve estabelecer qual será o destino do restante da empresa.

<sup>22</sup> Acesso à Lei N° 18.407 (<https://www.impo.com.uy/>).

<b>Lucro</b>	15% será destinado a um fundo de reserva até igualar o capital, porcentagem que será reduzido para 10% depois disso, e deixará de existir quando o capital for triplicado. O valor a ser distribuído entre os sócios não pode ser inferior a 50% do restante. No caso das cooperativas de primeiro grau, os lucros obtidos são distribuídos de acordo com o trabalho ou o número de operações realizadas por cada sócio; as cooperativas de segundo grau distribuem seus lucros na proporção do capital social aportado ou dos serviços utilizados.
<b>Anonimato, transferência</b>	As ações são nominativas e indivisíveis e não podem ser transferidas, exceto para pessoas que cumpram os requisitos dos estatutos para serem sócios e contem com o acordo do Conselho de Administração. Sua representação em instrumentos negociáveis não é autorizada. A transferência de uma ação é realizada por meio da cessão de créditos não endossáveis.
<b>Outros</b>	O objetivo principal ou acessório não pode ser a propaganda de ideias. É proibido que os estatutos estabeleçam como condição de admissão à cooperativa o vínculo dos candidatos com organizações religiosas ou étnicas, nacionalidade, partidos políticos, etc. O estatuto deve ser registrado no Registro Público e Geral de Comércio. Em todos os casos, é necessário obter uma autorização governamental.

A inscrição deve ser feita perante a AIN e pode ser feita pessoalmente (tendo agendado previamente) ou online através do site da AIN.

<b>Custo</b>	Gratuito
<b>Prazo para sua realização</b>	60 dias de calendário a partir da data em que se obteve personalidade jurídica
<b>Requisitos para trâmite online</b>	Estatuto com constância de inscrição definitiva no Registro de Pessoas Jurídicas (formato pdf)
<b>Requisitos para trâmite presencial</b>	1) Formulário de solicitação com texto validando o uso do e-mail (assinado pelos representantes legais da Cooperativa) 2) Estatuto social com constância de inscrição definitiva no Registro de Pessoas Jurídicas

## 6.1 CONTROLES

As cooperativas estão sujeitas ao controle da Auditoria Interna da Nação no que respeita ao seu registro, fusão, absorção, cisão, dissolução e liquidação. Além disso, devem mostrar, quando solicitados, os livros societários e contábeis, comunicar quaisquer alterações na composição dos órgãos sociais e comunicar a convocação de Assembleias antes da sua realização.

# 7

## EMPRESAS UNIPESOAIS<sup>23</sup>

O empreendimento pode ser realizado de forma individual, sem a criação de uma sociedade empresarial. É o caso das chamadas empresas unipessoais, que não têm personalidade jurídica. O proprietário da empresa é pessoal e ilimitadamente responsável pelas obrigações da empresa.

PRINCIPAIS ASPECTOS DAS EMPRESAS UNIPESOAIS A SEREM CONSIDERADOS PELO INVESTIDOR	
<b>Atividade comercial</b>	Não tem limitações operacionais, exceto para atividades que requerem uma forma jurídica específica.
<b>Responsabilidade</b>	O empresário individual é pessoal e ilimitadamente responsável pelas obrigações decorrentes da atividade da empresa unipessoal.
<b>Capital</b>	Não têm capital.
<b>Compromisso pessoal, anonimato, lucros</b>	Existe uma identidade total entre a pessoa e a empresa, sendo a pessoa proprietária da empresa e dos seus lucros.
<b>Transferência</b>	A propriedade da empresa unipessoal não pode ser transferida; o ativo e o passivo da empresa devem ser transferidos.

<sup>23</sup> Fonte: DGI e BPS. Para mais informações, ver o seguinte [link](#).

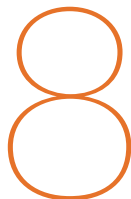


A empresa unipessoal não requer um procedimento de constituição, apenas tem de cumprir as obrigações tributárias, e deve se registrar na DGI, no BPS, no MTSS e, caso tenha empregados, também no BSE.

O trâmite pode ser realizado pessoalmente através do portal único BPS-DGI (com agendamento prévio) ou através do portal de serviços online do BPS<sup>24</sup>.

<b>Custo</b>	Selos profissionais
<b>Prazo para sua realização</b>	Dentro dos 10 dias de calendário antes do início das atividades ou no dia do início das atividades
<b>Requisitos de candidatura online</b>	1) Domicílio constituído em Montevideu e atividade de indústria e comércio. 2) Contrato de uso de serviços online do BPS 3) Formulário fornecido pelo BPS via e-mail após o recebimento da solicitação
<b>Documentos a serem apresentados</b>	1) Formulários com selo profissional: inscrição e atualização (N°0351) - em 3 vias, declaração de salário fixo (N° 205) - em 2 vias 2) Documento de identidade do titular (e 2 fotocópias), certificação notarial (e 2 fotocópias) indicando: assinatura do titular, endereço fiscal e dados do titular

<sup>24</sup> Esta modalidade somente está disponível para os titulares que não tenham se registrado previamente como contribuintes na DGI.



## CONSÓRCIOS E GRUPOS DE INTERESSE ECONÔMICO

O empreendimento pode ser realizado de forma individual, sem a criação de uma sociedade empresarial. É o caso das chamadas empresas unipessoais, que não têm personalidade jurídica. O proprietário da empresa é pessoal e ilimitadamente responsável pelas obrigações da empresa.

PRINCIPAIS ASPECTOS DOS CONSÓRCIOS E GRUPOS DE INTERESSE ECONÔMICO A SEREM CONSIDERADOS PELO INVESTIDOR	
<b>Atividade comercial</b>	Não podem desviar-se do objetivo específico para o qual foram constituídos.
<b>Responsabilidade</b>	Nos Consórcios, cada membro é responsável pelas suas próprias obrigações, sem solidariedade, salvo acordo em contrário. Nos Grupos de Interesse Econômico, os membros são conjunta e solidariamente responsáveis.
<b>Capital</b>	Não têm capital mínimo nem máximo.
<b>Compromisso pessoal, anonimato, lucro, transferência</b>	Estão diretamente associados aos seus membros e não têm a intenção de obter e distribuir lucros.

### 8.1. CONSÓRCIOS

São formados por contrato entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas (normalmente entre duas ou mais sociedades) que estão temporariamente ligadas entre si para realizar um trabalho, prestar um serviço, ou fornecer determinados bens. Não se destinam a obter e distribuir lucros, mas sim a regular as atividades das partes. Não têm personalidade jurídica.

O contrato é inscrito no Registro Nacional de Comércio e um extrato é publicado no Diário Oficial e em outro jornal.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>

Os membros realizam as atividades como previsto no contrato, sendo cada um deles responsável pelas obrigações que assumiram, sem solidariedade, salvo acordo em contrário. Os consórcios não se destinam a obter e distribuir lucros entre os participantes, mas sim a regular as atividades de cada um deles.

Para mais informações ver os artigos 501 a 509 da Lei 16.060<sup>25</sup>.

## **8.2 GRUPOS DE INTERESSE ECONÔMICO**

São formados por contrato entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de facilitar ou desenvolver a atividade econômica dos seus membros ou melhorar ou aumentar os resultados dessa atividade. Em si mesmo, o Grupo de Interesse Econômico (GIE) não dá origem a obtenção ou distribuição de lucros entre os seus membros, e pode ser criado sem capital. Têm personalidade jurídica.

Os GIE são criados através de um contrato que deve ser registrado no Registro Nacional de Comércio. O objeto, a forma de administração e outras características podem ser livremente acordadas entre as partes.

Se o GIE gerar rendimentos, estes serão gravados pelo IRAE.

A Joint Venture (JV) não está prevista como uma forma específica de parceria e pode, em princípio, adotar qualquer uma das formas empresariais consideradas acima. Contudo, a fim de operar facilmente uma JV, pode ser criado um GIE.

Para mais informações ver os artigos 489 a 500 da Lei 16.060<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/16060-1989>

# 9

## ATIVIDADES ESPECIAIS

### 9.1 ATIVIDADES DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

Existem certas atividades que têm regimes especiais e que estarão, portanto, sujeitas a um maior controle estatal.

Por exemplo, as empresas que desejam exercer a intermediação financeira são reguladas pelo Decreto-Lei n.º 15.322<sup>27</sup>, bem como os regulamentos e normas emitidos pelo BCU.

A intermediação financeira é a realização regular e profissional de operações de intermediação ou intermediação entre a oferta e a demanda de valores, dinheiro ou metais preciosos.

As seguintes empresas de intermediação financeira são supervisionadas pelo BCU: Bancos, Bancos de Investimento, Casas Financeiras, Instituições Financeiras Externas, Cooperativas de Intermediação Financeira e Administradores de Grupos de Poupança.

Estas empresas necessitam de uma autorização prévia do BCU para poderem operar, bem como de um alvará para poderem se estabelecer. Tanto para a autorização quanto para o alvará, serão consideradas as razões de legalidade, oportunidade e conveniência. Os atos devem ser bem fundamentados e a solvência, integridade e idoneidade da empresa requerente serão valorizados.

Do mesmo modo, as Instituições Financeiras Externas (IFE) são as entidades que realizam exclusivamente operações de intermediação entre a oferta e a demanda de valores, dinheiro ou metais preciosos localizados fora do país (normalmente chamados de atividade bancária "off-shore"). Estas IFE podem operar exclusivamente com clientes não residentes e requerem autorização prévia para operar (também por razões de legalidade, oportunidade e conveniência) pelo Poder Executivo com um relatório prévio favorável do BCU. Além disso, requerem o alvará da Superintendência de Serviços Financeiros (SSF - parte do BCU) para começar a operar no sistema financeiro.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos-ley/15322-1982>

## 9.2 ATIVIDADES FINANCEIRAS

Existem outras entidades que, sem serem instituições de intermediação financeira, prestam, de forma regular e profissional, serviços de câmbio, transferências de fundos, pagamentos e cobranças, aluguel de cofres, créditos e outros de natureza semelhante.

São consideradas como Empresas de Serviços Financeiros e requerem autorização da SSF para operar, por razões de legalidade, oportunidade e conveniência.

A autorização destas empresas implica também a sua inclusão no Registro de Instituições Supervisionadas, pois para estas empresas está prevista uma série de mecanismos de supervisão sistemática e periódica, enquanto a entidade esteja operativa estará sob a supervisão desta Superintendência que pertence ao BCU.

## 9.3 ATIVIDADES DE SEGUROS

Além das atividades acima mencionadas, existem outras atividades especiais, tais como seguros e resseguros, que estão também sujeitas à autorização e qualificação prévia pela SSF para operar no Uruguai.

As Companhias de Seguros ou Seguradoras são as entidades jurídicas que são obrigadas, através da cobrança de um prêmio, a indenizar, dentro dos limites acordados, os danos causados ao segurado, ou a satisfazer um capital, rendimento ou outras prestações acordadas no contrato de seguro, desde que ocorra o evento cujo risco é objeto de cobertura.

Estas empresas com atividade de seguradora ou resseguradora serão supervisionadas pela SSF, principalmente para preservar a sua estabilidade e solvência. Exigirão autorização prévia da SSF para realizar determinados atos, tais como, por exemplo, a transferência de ações e emissão com alterações na participação, alterações aos estatutos, fusões e transformações, contribuições de capital e emissão de ações, alterações na cadeia de controle, entre outros.

<sup>28</sup> Para mais informações, ver: <https://www.gub.uy/tramites/habilitacion-registro-empresas-alimentos-cosmeticos-domisanitarios>.

<sup>29</sup> Para mais informações, ver: <https://montevideo.gub.uy/tramites-y-tributos/habilitacion/bromatologica-de-empresas-alimentarias>.

<sup>30</sup> Para mais informações, ver: <https://bpmgob.mgap.gub.uy/tramites/disponibles>.

#### 9.4 OUTRAS ATIVIDADES

Há empresas que precisam de autorizações especiais das autoridades em certos sectores para poderem funcionar corretamente. Por exemplo:

» As empresas fabricantes ou importadoras e os armazéns de produtos alimentares, cosméticos e domésticos (produtos de limpeza geral, pesticidas, bactericidas e desinfetantes) devem ser autorizadas e registradas pelo Ministério da Saúde Pública (MSP) para poderem operar no mercado<sup>28</sup>. A Resolução emitida pelo MSP autorizando o funcionamento destas empresas é válida por 5 anos, e uma vez expirada a sua validade, o pedido de autorização deve ser reiterado.

» Para realizar certas atividades (industrialização, importação, fracionamento, armazenamento, distribuição ou comercialização de alimentos), as empresas alimentares devem solicitar uma autorização bromatológica ao setor de regulação alimentar dos Municípios Departamentais<sup>29</sup>.

» As atividades de pesca e aquicultura são reguladas pela Lei N° 19.175 e pelo Decreto Regulamentar N° 115/018. Para realizar esta atividade, deve ser obtida uma licença concedida pelo Ministério do Gado, Agricultura e Pesca (MGAP), que só pode ser obtida após autorização da Diretoria Nacional dos Recursos Aquáticos (DINARA)<sup>30</sup>.

# 10

## COMPARAÇÃO ENTRE OS TIPOS EMPRESARIAIS

Segue um quadro comparativo dos quatro tipos empresariais mais utilizados, conforme descrito no ponto IV deste guia:

	<b>S.A.</b>	<b>S.R.L</b>	<b>S.A.S.</b>
<b>Constituição</b>	Estatuto + AIN (30 dias) + RNC (30 dias) + publicações (60 dias)	Estatuto social + RNC (30 dias) + publicações (60 dias)	Estatuto social + RNC (30 dias) + publicações (60 dias)
<b>Atividade comercial</b>	Não há restrições, mas certos projetos só podem utilizar tipos específicos de ações (por exemplo, seguros - ações nominativas).	Não podem realizar atividades reservadas às S.A.	Qualquer atividade comercial ou civil lícita, com exceção das reservadas às S.A.
<b>Número de membros</b>	É necessário um mínimo de dois acionistas para a constituição. Uma vez incorporados, podem permanecer com apenas um acionista.	Entre 2 e 50 sócios.	Um ou mais acionistas.
<b>Capital</b>	Representado em ações. Estas podem ser ações nominativas, escriturais ou ao portador.	Dividido em quotas sociais. Não representável em títulos.	Representado em ações. Estas podem ser ações nominativas ou ações escriturais



	<b>S.A.</b>	<b>S.R.L</b>	<b>S.A.S.</b>
<b>Transferência de ações da empresa (ações ou quotas)</b>	A regra indica que é livre. Dependendo do tipo de ações, o mecanismo de transferência varia.	Entre sócios: é livre, salvo acordo em contrário ou alteração das maiorias. Entre terceiros, existem restrições.	A regra indica que é livre. A restrição e proibição de negociação de ações pode ser acordada.
<b>Responsabilidade dos acionistas ou sócios</b>	Não são responsáveis por dívidas de empresas, a menos que a personalidade jurídica seja declarada inexequível.	Não são responsáveis por dívidas civis e comerciais; são responsáveis por dívidas salariais e se define a responsabilidade solidária para o IRAE.	Não são responsáveis por dívidas empresariais, a menos que a personalidade jurídica seja declarada inexequível.
<b>Responsabilidade dos administradores</b>	Não são responsáveis por dívidas civis, comerciais nem trabalhistas, mas podem ser responsáveis por dívidas tributárias.	Não são responsáveis por dívidas civis, comerciais nem trabalhistas, mas podem ser responsáveis por dívidas tributárias.	Não são responsáveis por dívidas civis, comerciais nem trabalhistas, mas podem ser responsáveis por dívidas tributárias.



## QUEM SOMOS

Somos a agência responsável pela promoção das exportações, investimentos e imagem país. Trabalhamos para aumentar a capacidade exportadora e a competitividade das empresas uruguaias, promover o país como um destino atraente para investimentos produtivos e impulsionar a marca país *Uruguay Natural* no mundo.

Junto com outras instituições, fazemos parte do Sistema Nacional de Transformação Produtiva e Competitividade (Transforma Uruguay) que trabalha para promover o desenvolvimento econômico produtivo e inovador do país, com sustentabilidade, equidade social e equilíbrio ambiental e territorial.



Rincón 518/528 - ZP 11000  
Tel.: (598) 2915 3838  
[www.uruguayxxi.gub.uy](http://www.uruguayxxi.gub.uy)



## NOSSOS SERVIÇOS AO INVESTIDOR

- Informação macro e setorial. Uruguay XXI elabora frequentemente estudos sobre o Uruguai e os diferentes setores da economia.
- Informação sob medida. Preparamos informações personalizadas para responder às suas perguntas específicas, como dados macroeconômicos, sobre o mercado de trabalho, impostos e aspectos legais, programas de incentivo aos investimentos, localização e custos.
- Contato com os principais atores. Geramos contatos com entidades governamentais, atores industriais, instituições financeiras, centros de P+D e potenciais parceiros, entre outros.
- Promoção Promovemos oportunidades de investimento em eventos estratégicos, missões e rodadas de negócios.
- Facilitação de visitas ao país de investidores estrangeiros, incluindo a organização de agenda de reuniões com autoridades públicas, fornecedores, potenciais parceiros e câmaras de negócios, dentre outros.
- Apoio no estabelecimento e expansão. Facilitamos seu estabelecimento no país e apoiamos para atingir o crescimento de seu negócio no Uruguai.





**Uruguay XXI**

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS,  
EXPORTAÇÕES E IMAGEM PAÍS

[www.investinuruguay.uy](http://www.investinuruguay.uy)